



16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 209 DE MARÇO DE 2017.

3 Aos nove dias do mês de março de 2017, às oito horas e quinze minutos, na sede da Secretaria de Ação Social, 4 sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de 5 Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil, representando as 6 Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de Assunção Cintra. Estiveram 7 presentes na reunião dezessete (17) conselheiros, sendo oito (08) do poder público e nove (09) da sociedade 8 civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Mônica Aparecida Mazzucatto, Clóves Plácido Barbosa, 9 Ernestina Maria de Assunção Cintra, Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, 10 Alessandra Aparecida da Silva, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia 11 Afonso Guimarães e Adriana da Silva Bazon. **Conselheiros suplentes**: Silvana Rodrigues Neves, Rosângela 12 Aparecida de Paula, Irene da Conceição Silva e Valéria da Silva Barbosa Gimenes. **Conselheiros na 13 titularidade**: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Jussara Barreto e Luiz Antônio Cintra Filho. Participaram da 14 reunião doze convidados, conforme assinaturas na lista de presença. **Com a seguinte pauta: Assuntos: 4.1– 15 Apresentação dos novos conselheiros indicados do Poder Público – Portaria de Nomeação 102/2017; 4.2 – 16 Complementação e ratificação das comissões de trabalho – 2017 e agendamento de reuniões das 17 comissões; 4.3 - Indicação de conselheiros para compor o grupo de trabalho da equipe da SEDAS para 18 revisão da Lei 7927/2013 – Benefícios Eventuais; 4.4 – Definição da comissão do CMAS que irá compor 19 com a equipe da SEDAS para análise dos planos de ações das entidades inscritas, referente aos recursos 20 das Emendas Parlamentares. 5. Informes: 5.1 – Devolutiva sobre a Reunião Ampliada do CMAS - grupo 21 de estudos – Lei 13.019/2014 – MROSC e proposta para a próxima reunião de estudos – dia 16/03 às 8h; 22 5.2 – Manifestação do CMAS no PMAS WEB 2017 – alterações do Órgão Gestor e do CMAS; 5.3 – 23 Convite Posse COMDECON – dia 15 de março de 2017, às 19h na Casa da Cultura; 5.4 – Publicação do 24 Documento – Caderno Orientações Técnicas - ACESSUAS -2017. A Presidente Tina, iniciou a reunião 25 cumprimentando os presentes e informando a já obtenção do quórum. Em seguida apresentou as justificativas de 26 ausência dos Conselheiros: Daniela, Marlon, Ricardo, Sandra, José Carlos e Regiane. Prosseguiu realizando a 27 leitura da pauta, que foi aprovada. Quanto a aprovação das atas, Maria Amélia informou que não houve o 28 quórum mínimo de confirmações de leitura via e-mail, porém outros conselheiros confirmaram presencialmente 29 a leitura, assim garantiu-se o quórum. Houve sugestão de correção na linha 86 da Ata da 4ª Reunião Ordinária 30 do CMAS. Foram aprovadas as atas da 4ª Reunião Ordinária e 5ª Reunião Extraordinária do CMAS. Na 31 sequência, passou-se ao assunto **4.1– Apresentação dos novos conselheiros indicados do Poder Público – 32 Portaria de Nomeação 102/2017**; Maria Amélia explicou que havia encaminhado aos conselheiros a portaria 33 102/2017, porém verificou-se que a mesma foi publicada com um termo incorreto, no que se refere à 34 representação da Secretaria de Ação Social, que constava como “Secretaria de Educação”. Assim, foi solicitada 35 a correção, sendo revogada a Portaria 102/2017 e substituída pela de número 132/2017. Maria Amélia**

36apresentou ainda os conselheiros nomeados, conforme portaria. Na sequência, passou-se ao item **4.2 –**
37**Complementação e ratificação das comissões de trabalho – 2017 e agendamento de reuniões das**
38**comissões;** Maria Amélia informou que na última reunião ordinária o colegiado já havia começado a compor as
39comissões de trabalho, porém ainda faltava complementar algumas, tais como a Comissão Organizadora da
40Conferência e a Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família ICS-PBF. Assim,
41conforme disponibilidade e interesse dos conselheiros, as comissões foram recompostas e o quadro completo
42ficará anexo a esta ata. Foram agendadas datas para as reuniões das comissões: Conferência (09/03 – 10h),
43Eleitoral (13/03 - 14h) e de ICS – PBF (16/03 – 10h). Seguindo para o assunto **4.3 - Indicação de conselheiros**
44**para compor o grupo de trabalho da equipe da SEDAS para revisão da Lei 7927/2013 – Benefícios**
45**Eventuais;** Lucineia disse que no ano passado foram iniciadas algumas discussões sobre a revisão desta Lei e,
46a equipe da Proteção Social Básica está retomando esse trabalho. Informou que no dia seguinte a esta data
47estava prevista uma reunião com as equipes de CRAS e de Benefícios Eventuais para a discussão sobre a
48referida Lei. Sugeriu que o conselho participe posteriormente das discussões sobre essa revisão da Lei. Ficou
49definido pelo colegiado que a Comissão de Legislação de Normas ficará responsável por esse trabalho,
50compondo com a equipe da SEDAS. Tina disse ser importante que o conselho participe desse processo,
51considerando que é responsável pelo acompanhamento e regulamentação da Lei de Benefícios Eventuais.
52Lembrou que, na ocasião das visitas às unidades estatais, foram identificados alguns entraves que precisam ser
53revistos. Lucineia questionou onde está esse documento e Maria Amélia disse que na época os Relatórios de
54visitas foram encaminhados para a Secretaria e estão todos arquivados na Secretaria Executiva. Lucineia
55solicitou os encaminhamentos dos mesmos e ficou de marcar uma data para a comissão se reunir junto com a
56equipe gestora e de Benefícios Eventuais e avisará a Maria Amélia que socializará com todos. Passou-se então
57ao item **4.4 – Definição da comissão do CMAS que irá compor com a equipe da SEDAS para análise dos**
58**planos de ações das entidades inscritas, referente aos recursos das Emendas Parlamentares.** Tina
59esclareceu que o recurso é referente às Emendas Impositivas destinadas às Entidades que encaminharam os
60planos de ação para a equipe de monitoramento. Lucineia disse que os processos estão com ela e com a Valéria e
61ainda não começaram a análise e sugeriu que a Comissão de Inscrição e Acompanhamento às entidades,
62participe desse processo. Maria Amélia ressaltou que os conselheiros que tiverem alguma relação com as
63entidades que apresentaram planos de ação para solicitação do recurso, não poderão participar dessa comissão.
64Geraldine manifestou que em setembro do ano passado alguns vereadores procuraram as entidades informando
65sobre recursos de emendas disponíveis, porém não houve nenhuma orientação. Em janeiro, a conselheira
66procurou um dos vereadores para esclarecer as dúvidas e buscou informações na Prefeitura Municipal.
67Considerando que as dúvidas foram, em geral, de várias entidades, foi marcado uma reunião no dia 9 de
68fevereiro, na qual, algumas instituições se reuniram na Câmara para esclarecimentos. Questionou as orientações
69recebidas, pois as mesmas atenderam apenas parcialmente as dúvidas dos interessados. Desta forma solicitou
70uma atenção de quem vai analisar esses projetos, considerando que foi entregue apenas um roteiro e não houve

71uma orientação clara e integral. Bruna relatou que o recurso foi destinado como subvenção, porém a maior
72necessidade é para auxílio. Clóves disse que nem sempre o valor que é repassado cobre o valor total do serviço,
73alegando que poderia utilizá-lo para o mesmo serviço como complementação. Bruna relatou que procurou a
74prefeitura para saber se poderia utilizar o referido recurso das Emendas para cobrir os gastos com saúde,
75considerando que são pagos com recursos próprios da Entidade. A mesma foi informada que não poderá ser
76utilizado para esse fim, considerando que já consta no Plano de Trabalho da entidade. Alessandra pontuou que a
77entidade APAE recebeu esse recurso no início do ano, sem passar por todo esse processo de análise de plano.
78Tina afirmou porém que o Plano foi encaminhado e o recurso deliberado pelo colegiado. Cidinha sugeriu que
79para o ano que vem seja agendada uma reunião antecipadamente com os vereadores para que sejam
80apresentadas as reais necessidades das entidades. Lucinéia disse que nesse momento não há tempo hábil e
81deverá permanecer dessa forma, mas destacou também a importância de se reunir com os vereadores e
82esclarecer algumas questões relacionadas a Política de Assistência Social. Tina pontuou que a entidade poderia
83pleitear recursos para cobrir os pisos dos serviços que estão defasados, e que esse é um problema também a ser
84enfrentado. Informou que a comissão de Articulação Política do CMAS irá se reunir com a Comissão de
85Assistência Social da Câmara para discutir sobre os pisos defasados. Iara aproveitou o momento para pontuar
86sobre uma divulgação na mídia de dados equivocados e sem a fonte oficial, com relação à população em
87situação de rua. Sugeriu que seja feito um convite formal a essa pessoa que está divulgando esses dados para se
88apresentar ao conselho e nos informar de onde está sendo retirado essas informações. O colegiado aprovou a
89sugestão da Iara, assim propondo o agendamento de uma Reunião Extraordinária para o dia 23 de março às 10h,
90após reunião ordinária, convidando o Ministério Público, Defensoria, DRADS, Centro POP, CREAS e
91Entidades para discutir o referido assunto. Maria Amélia retomou o assunto em pauta reforçando a necessidade
92de definir quais conselheiros participarão da Comissão para análise dos planos de ações das entidades.
93Considerando que a maioria dos conselheiros da sociedade civil não poderão compor a comissão, por estarem
94apresentando planos de ação para análise, Tina se disponibilizou para participar, junto com os conselheiros Luiz
95Antônio, Cidinha e Iara, representantes do poder público, todos membros da Comissão de Inscrição e
96Acompanhamento às entidades. Tina finalizou dizendo que é necessário desburocratizar as questões
97relacionadas aos planos de ação e será um assunto que poderá ser discutido nos encontros do Grupo de Estudo
98da Lei 13.019. Após algumas discussões e finalizados todos os assuntos, passou-se então ao informe **5.1 –**
99**Devolutiva sobre a Reunião Ampliada do CMAS - grupo de estudos – Lei 13.019/2014 – MROSC e**
100**proposta para a próxima reunião de estudos – dia 16/03 às 8h;** A presidente Tina informou que no último dia
10103 de março aconteceu a reunião do grupo de estudos da Lei 13.019/2014 e, nesse dia ficou decidido que o
102próximo encontro seria dia 17. Porém, sugeriu que alterasse essa data para o dia 16, considerando que é quinta-
103feira, dia de reunião do CMAS. Reforçou a importância dos conselheiros participarem, pois é necessário esse
104estudo para adquirir conhecimento e poder contribuir no momento em que o decreto for para aprovação.
105Aprovado pelo colegiado a alteração de data, passou-se ao item **5.2 – Manifestação do CMAS no PMAS WEB**



106**2017 – alterações do Órgão Gestor e do CMAS;** Maria Amélia comunicou que o Plano Municipal de
107Assistência Social no sistema WEB – Estadual, foi aberto para que fossem realizadas alterações no nome do
108Gestor da Assistência, do prefeito e também com relação ao mandato da presidente do CMAS. Por esse motivo,
109foi levado ao colegiado a título de informe. **5.3 – Convite Posse COMDECON – dia 15 de março de 2017, às**
110**19h na Casa da Cultura;** Foi apresentado o convite aos presentes e Tina sugeriu que algum conselheiro fosse
111representando o CMAS. Jussara disse que será empossada nesse dia e poderá representar. Mônica também se
112disponibilizou a participar. Na sequência, passou-se ao último informe da pauta **5.4 – Publicação do**
113**Documento – Caderno Orientações Técnicas - ACESSUAS -2017.** Tina disse que toda publicação
114relacionada a Assistência Social, é trazida para conhecimento do colegiado. Maria Amélia disse que o
115ACESSUAS está com uma nova formatação e por isso publicou essas Orientações Técnicas, salientando que o
116Órgão Gestor ainda não trouxe a informação sobre a execução ou não o serviço. Lucinéia relatou que no ano
117anterior o recurso não utilizado foi devolvido, porém, esse ano foi creditado novo recurso em conta no valor de
118R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) e a equipe gestora esta revendo essa nova execução. Finalizados os
119assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às nove horas e cinquenta minutos, e eu, Maria
120Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será
121anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.